



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ata da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0005/AM/11, de 30-12-2011

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Vieira Cordeiro, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Armindo Lopes Carolino, João André Varela Coelho, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o Ano Económico de 2012;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2012/2015;

Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2011;

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alienação parcial de participação social da sociedade Pombalprof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alienação do Edifício Sede da AMLEI;

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento de Atribuição das Medalhas Municipais – Alteração.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.^a Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

O Senhor Presidente informou ter recebido uma carta em que a Dra. Sandra Isabel dos Santos Ferreira comunica que renuncia ao seu mandato como membro desta Assembleia.

De seguida chamou para ocupar o lugar deixado vago o cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, Pedro Miguel Serra Santos.

Informou ainda ter recebido um pedido de suspensão de mandato, por 365 dias, do membro João Manuel Vieira Cordeiro, com efeitos a que colocou a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Gabriela da Silva Santos, Joaquim dos Santos Silva Branco e Eliana Jorge Cordeiro Varalunga, que solicitou justificação da falta a qual foi considerada justificada pela Mesa.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da ata da sessão anterior, a qual foi previamente distribuída pelos membros da Assembleia.

Colocada a acta a discussão, pediu a palavra **Jorge Cordeiro** que solicitou uma alteração de pormenor à acta a qual foi de imediato introduzida.

Colocada a acta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com três abstenções.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido muitos votos de boas festas, uns de entidades públicas e outros de particulares, que agradeceu e que também endereçou em nome da Assembleia, votos de boas festas, às várias entidades do Concelho.

Referiu ter recebido um ofício do Presidente da Câmara sobre a revisão ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas) do Município de Pombal,



MUNICÍPIO DE POMBAL

acompanhado de uma deliberação do Executivo em que este aprovou a prorrogação do prazo até Abril do próximo ano.

Informou também, ter recebido, do Senhor Presidente da Câmara, um documento vindo do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território acerca da erosão costeira no Concelho de Pombal, que fica à disposição dos membros da Assembleia.

Informou ter recebido ainda dois relatórios da IGAL, denominados de principal e de parcelar. Disse que são documentos extensos e que também ficam à disposição dos membros da Assembleia.

Disse querer chamar a atenção para um documento chamado de Livro Verde da Reforma Administrativa Local, acrescentando que é solicitada a participação da Assembleia Municipal e que todas as ideias são bem vindas para a discussão desse documento que se encontra no site da Câmara Municipal de Pombal, na página da Assembleia, com um espaço criado para que os Senhores Membros da Assembleia aí possam escrever as sugestões que entenderem, solicitando que acedam ao mesmo e dêem as suas sugestões.

Nesta altura deu conhecimento de uma proposta da Bancada do Partido Socialista, que leu e é do seguinte teor:

“A Bancada do Partido Socialista vem ao abrigo do disposto no Artigo 32.º, n.º 1, alínea b) do Regimento desta Assembleia, apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Dr. António José Rodrigues, respeitado munícipe que já fez parte deste Órgão, no passado. Consequentemente, propõe ainda esta Bancada a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem.”

Seguiu-se um minuto de silêncio.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

O **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Eu quero apresentar também, a título pessoal, e penso que é partilhado por todas as pessoas desta Assembleia, o meu voto de pesar pelo falecimento, acima de tudo, de um amigo, muito para lá das questões e dos compromissos políticos que cada um de nós assume com qualquer grupo.

Uma pessoa que eu me habituei a conhecer e a respeitar, desde há muitos anos, com quem discuti muitas coisas da vida pública de Pombal, mas que era, acima de tudo, um cidadão desta terra, interessado, e uma pessoa que se empenhou em causas e que desempenhou importantes funções no tecido social e económico de Pombal.

É com enorme sentimento de perda que eu me recordo de António José Rodrigues e endereço a toda a sua família o meu voto sincero de pesar.

Espero que tenham passado um bom Natal, desejo a todos um bom ano de 2012, que seja o mais leve possível no fardo que sabemos ter todos que suportar no próximo ano.

Embora estejamos numa época que deveria ser de paz e de concórdia, para mim, não há concordância sobre determinados assuntos, e muito menos quando eles são tratados de uma forma deturpada e que nada têm a ver com a realidade dos factos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Lamento muito alguns comentários que foram feitos pelo Líder da Concelhia do Partido Socialista, relativamente ao Relatório da IGAL. São as suas interpretações pessoais, quando fala de laxismo da Câmara Municipal, porque eu não encontrei nenhuma palavra dessas naquilo que me foi dado a conhecer no Relatório em causa e, das irregularidades que estão mencionadas, naturalmente, não se fala de ilegalidades, nem há qualquer procedimento subsequente a este Relatório, em termos de remeter para o Ministério Público qualquer ato que comprometa as funções dos políticos desta Câmara.

Gostava de recordar ao Dr. Adelino Mendes, e isso eu não vou perdoar, porque li, casualmente, num órgão de comunicação social da nossa terra, opiniões dele sobre muitas coisas, algumas com as quais eu concordo, mas, quando se refere ao Hospital de Pombal, achei imensa graça que aquele que foi o principal responsável pela nomeação de uma gestão calamitosa em Pombal, nos últimos anos, venha falar das obras necessárias da urgência, quando foram perdidos quase € 600.000,00 que estiveram inscritos, por uma incompetência total na gestão daquele Hospital, quando se propõe o que deve haver na fisioterapia e na cirurgia.

Cada um deve falar daquilo que sabe, quando as pessoas se põem a falar daquilo que desconhecem, normalmente, só dizem asneira e o Dr. Adelino Mendes, aqui, disse mais uma vez asneira.

Eu recomendaria ao Dr. Adelino Mendes que faça todas as sugestões possíveis mas que fale com conhecimento de causa, porque quando se fala sem conhecimento dos factos, dá este resultado.

Nós vamos todos olhar para a frente, é isso que temos que fazer, agora, não vamos apagar o passado, as responsabilidades de quem teve responsabilidades verdadeiras, quer no país, quer nesta terra, porque todos nós estamos a pagar essas irresponsabilidades, as mentiras, as incompetências e, sobretudo, a utilização da política para os piores fins possíveis, porque é a colisão da política com os direitos das pessoas, com as suas competências, nomeadamente, até para o desempenho de cargos profissionais, e é bom que se diga, nós temos que acabar com esse tipo de política no nosso país.

A vida ensina-nos, e depois de ter recordado o falecimento de uma pessoa que eu conhecia desde a sua infância, que só há algo de irreparável, é a morte, tudo isto são factos da vida e eu, que tenho falado frequentemente, nesta Assembleia, sobre alguns dos problemas que conheço, e que já fui acusado de falar neles por questões político-partidárias, fico sempre tranquilo porque diz o provérbio popular: “A verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima”, e aqueles que apoiaram, que louvaram, que enganaram, que iludiram, durante anos, aquilo que era a realidade trágica deste país, gostava que se sentissem, hoje, claramente responsáveis também pelo estado a que este país chegou.

Devíamos todos aprender com isto, porque o que precisamos, daqui para a frente, é de trabalho e de viver com a esperança que os políticos aprendam a ter uma postura diferente. Falar verdade sobre as coisas é o melhor e eu posso provar, quando quiserem, que aquilo que digo sobre determinadas pessoas que eu hoje tive que, aqui, mais diretamente criticar, não tenho qualquer problema em o fazer e sem provas eu nunca falo.

Quanto às questões múltiplas deste Concelho, aos problemas que tem pela frente, eu diria como já disse anteriormente, que são grandes, e naturalmente não podemos pensar neste Concelho desenraizado do país em que vivemos, temos que pensar nos mais pobres e desfavorecidos, temos que pensar nos desempregados, temos que pensar nos mais idosos, temos que pensar naqueles que precisam de proteção, temos que pensar que aqueles que não vão ter a Unidade de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cuidados Continuados em Pombal, não a vão ter por laxismo da Administração Regional de Saúde que lá esteve um ano a pedir sistematicamente questões de pormenor, quando, se a obra tivesse sido lançada quando podia tê-lo sido, estava hoje em execução, esta é uma questão que não pode ser olvidada.

As pessoas tendem a atirar-se para cima dos outros quando sabem que têm responsabilidades acrescidas em muito daquilo que acontece em Pombal e no país.”

Nesta altura o Senhor Vereador Dr. Adelino Mendes pediu a palavra para defesa da honra, tendo o **Senhor Presidente da Assembleia** informado que, apesar de no Regimento os Senhores Vereadores só poderem usar da palavra com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, de acordo com a Lei que diz claramente que os Senhores Vereadores podem intervir para defender a honra, lhe dava a oportunidade de o fazer.

O Dr. João Coucelo chamou a atenção do Senhor Presidente da Assembleia para o facto de não ser usual agir desta forma.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que não é inédita esta situação e não poder ter duas decisões diferentes para o mesmo assunto, dando a palavra ao **Senhor Vereador Dr. Adelino Mendes**, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Quero apenas dizer ao Senhor Dr. João Coucelo que, independentemente, do papel que possa ter tido na nomeação de qualquer Conselho de Administração, ele foi sempre nomeado pelas entidades que tinham essa responsabilidade e que lhe renovaram a confiança, nos termos em que muito bem entenderam e nas pessoas que muito bem entenderam, muitas das quais eu nem conhecia, e, portanto, não podia sequer tecer considerações sobre elas.

Queria dizer-lhe que aquilo que defendi recentemente em relação àquilo que era preciso fazer no Hospital de Pombal, foi o mesmo que defendi no passado e publicamente.

O anterior Governo manteve, em Pombal, o serviço de urgência e eu sempre defendi que o serviço de urgência precisava de ser requalificado, que a cirurgia precisava de ser requalificada e que os serviços prestados nos cuidados de reabilitação era insuficiente face às necessidades do nosso Concelho.

O que defendo hoje é exatamente aquilo que eu defendia no passado, tal como defendia e defendemos a ampliação dos Centros de Saúde, e a Câmara também concorda, e há um consenso político, mas não se executaram no anterior Governo e o novo Governo não nos deve fazer mudar de opinião sobre as coisas.

Para terminar, em relação à Unidade de Cuidados Continuados, o Partido Socialista sempre a defendeu no Concelho de Pombal.

Queria dizer que tenho muita honra em relação às obras que defendi para o nosso Concelho, fosse a Unidade de Cuidados Continuados, fossem os equipamentos sociais, e também tenho honra de ter contribuído para que hoje exista o Centro Hospitalar Leiria-Pombal.”

Tiago Galvão, que fez a intervenção abaixo:

“Gostaria de começar por alertar este Executivo que as divergências políticas sobre a legislação que rege os Conselhos Municipais da Juventude tiveram o seu término com a aprovação, na Assembleia da República, das alterações à legislação em vigor.

No meu entender e no entender desta Bancada, a criação do Conselho Municipal da Juventude de Pombal deverá ser uma prioridade.

Seria muito bom para o Município estar realmente à frente, no que aos jovens diz respeito, e este é um passo significativo para o demonstrar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Face a este consenso político, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara para quando prevê a entrada e funcionamento do Conselho Municipal da Juventude do Concelho de Pombal.

Outro tema que diz respeito, não só aos jovens, mas a toda a população pombalense, é o aumento da fatura da água.

Os estudos feitos, a nível nacional, pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, sobre os valores da fatura de abastecimento de água, saneamento e resíduos, são reveladores e colocam Pombal no topo dos Municípios que mais cobram pela prestação dos serviços.

Por exemplo, em comparação com os outros doze Concelhos da região, uma família pombalense com um consumo mensal de 10m³ de água, é a que paga a fatura mais elevada na recolha de lixo, a terceira mais cara no saneamento, e a quinta mais cara no abastecimento de água.

O Município, em 2010, teve uma receita superior à despesa no que toca à gestão dos sistemas, não estando em causa a sustentabilidade financeira do sistema e o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

O investimento em curso e previsto para os próximos anos, para o abastecimento em alta, será suportado por financiamento comunitário, obviamente, para além do crédito bancário.

Com estas evidências cabe-me a mim, em nome desta Bancada, lamentar a decisão do aumento das tarifas de água, saneamento e resíduos.

Sendo que atravessamos uma gravíssima crise financeira, esta medida e o chumbo da proposta do PS para a criação da tarifa social da água, demonstram que este Executivo despreza por completo o sacrifício dos cidadãos pombalenses, agravando ainda mais a situação económica das famílias, que vêem o seu rendimento disponível diminuir a cada dia que passa.”

Jorge Cordeiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Gostaria de falar aqui sobre a iniciativa que decorre há algum tempo, e que teve uma reunião recente. Uma iniciativa da VALORLIS com a Câmara Municipal de Pombal, sobre compostagem doméstica, e que se tem traduzido num sucesso a avaliar pelo número de pombalenses que aderem a esta iniciativa e que respondem “presente” em algo que pretende sensibilizar pela prática para o aproveitamento de resíduos domésticos, fazendo jus à máxima de Lavoisier “na natureza nada se perde, tudo se transforma” e, portanto, se a Câmara e a VALORLIS estão de parabéns, obviamente que, de parabéns estão, fundamentalmente, os pombalenses que enchem o auditório da Biblioteca para estas iniciativas.

Outra nota tem a ver com o estudo publicado e coordenado pelo Professor Augusto Mateus, no início de Outubro, encomendado pela Associação Cristã de Empresários e Gestores, sobre o impacto que o atraso nos pagamentos das transações de bens e serviços em Portugal tem na economia.

Esse estudo, muito curioso, concluiu que o país perdeu, nos últimos cinco anos, 70.000 postos de trabalho por atrasos no pagamento, e o país ficou mais pobre em 13,3 mil milhões de euros.

Conclui-se que em Portugal 44% dos pagamentos são feitos fora de horas e isso tem, naturalmente, um grande impacto, sobretudo, mais do que nas grandes empresas, mais do que nas micro empresas, nas pequenas e médias empresas, porque vêem, naturalmente, o seu cash flow diminuir, os seus custos administrativos a aumentarem, a confiança que se perde, a sobrevivência que fica em risco, o recurso a um crédito cada vez mais caro, à insolvência, à crise, a um efeito de cascata, e, portanto, isto é real, e a economia é afetada por esses atrasos nos pagamentos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sabendo nós que a própria Troika defende que o ideal seria o pagamento a 60 dias, eu gostaria aqui de mencionar que esta Câmara, que é conhecida por boas práticas desde o Ambiente, desde a Informática, também nos habituou a pagar a tempo e horas e, por essa via, a criar riqueza.

Gostaria aqui de salientar que essa boa prática deve não só ser mantida mas, ao mesmo tempo, perguntar ao Senhor Presidente se, apesar das dificuldades que aí vêm para os anos vindouros, se esta é ou não uma prática para manter e se há algum dado que nos diga que por essa via também, a Câmara obtém vantagens negociais por pagar a tempo e horas.

Para terminar, só dar um feedback muito rápido da última reunião da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, a propósito de uma sugestão feita pela Deputada Odete João, do Partido Socialista, e acolhida com toda a unanimidade, sobre a questão da Linha do Oeste.

Aquilo que ficou, nessa reunião, definido, foi que, efetivamente, a Comunidade faria todos os esforços no sentido em que ficasse suspensa a decisão de terminar com os comboios de passageiros na Linha do Oeste.

Todos sabemos que hoje em dia não é viável, mas queria dar esse feedback e informar que foi criada uma Comissão que irá analisar esta matéria para que, no futuro, eventualmente, a Linha do Oeste possa ir de encontro àquilo que as pessoas querem em termos de mobilidade dos caminhos de ferro.”

Armindo Carolino, que fez a intervenção que se segue:

“Eu queria testemunhar o meu testemunho pessoal, no sentido de subscrever aqui e agora, o voto de pesar pelo desaparecimento do Tozé, permitam-me que o trate assim, na medida em que o Tozé, apesar de tudo e contra tudo, foi um dos grandes munícipes do Concelho de Pombal, na área da sua profissão, na área do dirigismo económico e, não nos podemos esquecer que ele esteve nos primeiros minutos da criação do que foi depois o Conselho Empresarial do Centro, não nos podemos esquecer que grandes dirigentes da área económica, após a morte do Tozé, deram o seu testemunho, por escrito, em jornais de divulgação regional, como foi o Diário de Coimbra através do texto de testemunho e de apreço pela sua memória. Portanto, não ficaria bem comigo, se não fizesse esta minha intervenção começando por aqui.

Em segundo lugar, eu gostaria de referenciar três notas sobre a Reforma Administrativa.

Todos nós nos recordamos que há 35 anos foi nomeado m Presidente da Reforma Administrativa de Portugal, chamado Professor Freitas do Amaral, e até hoje a Reforma Administrativa não sabemos bem por que caminhos andou, apenas sabemos que se andou por caminhos muitos poucos metros trilhou e, agora, de repente, por forças exteriores, pela dita Troika, vêm-nos impor que é preciso fazer determinados cortes, fazer determinada reorganização administrativa deste pequeno País, 308 Municípios, 4.300 Freguesias.

Pombal teve 12 Freguesias, passou de 12 a 17, e eu lembro-me de serem só 12, porque a partir das populações locais que tiveram eco nos seus representantes nos órgãos legislativos, foram alargando esse número de Freguesias atendendo às características, à vontade e ao desejo das populações.

Por favor, tenhamos calma neste momento e não vamos traçar novamente o Município a régua e esquadro, lembremo-nos todos do que fizeram aos países de África quando os traçaram a régua e esquadro, depois da Segunda Guerra Mundial, não nos esqueçamos que separaram-se tribos, separaram-se etnias, separaram-se populações.

Nós temos necessidade de uma Reforma Administrativa, mas, na minha modesta opinião, perdemos a primeira grande oportunidade quando não quisemos, todos em conjunto, refletir



MUNICÍPIO DE POMBAL

sobre a divisão deste país em regiões, era aí que se devia ter começado e tudo depois seria mais fácil.

Mais uma vez, como sucede neste desgraçado triângulo, onde a terra acaba e o mar começa, interesses nem sempre defensáveis, da esquerda e da direita, da frente e de trás, de norte e do sul, de leste e de oeste, ninguém pode atirar a 1.ª pedra porque ninguém está inocente, tivemos medo de regionalizar, e agora, porque nos dizem que é preciso fazer assim, estamos todos disponíveis, ressaltando os poderes constituídos.

Eu não digo que eles tenham legitimidade, agora o que nós exigimos da parte dos poderes constituídos e com Município, e como Órgãos Autárquicos, temos que exigir é que eles façam um trabalho sério, um trabalho que responda ao anseio das populações, um trabalho que tenha em conta a realidade.

Minhas caras e meus caros colegas de Assembleia e de Câmara, não podemos aplicar as mesmas regras, não podemos aplicar os mesmos critérios, às Freguesias urbanas, sobretudo das grandes cidades metropolitanas, como Lisboa, Porto, Setúbal, às Freguesias rurais.

Reparem, o TDT era uma coisa simples, reparem no que está a dar. Mais uma vez a legislar, mais uma vez a atuar em cima do joelho.

Estão a fazer isto para um País que não existe e é preciso que os nossos dirigentes conheçam o nosso País.

Terceira Nota. Esta Assembleia Municipal começou com a defesa da honra e começou com alguma conflitualidade.

Por favor, permitam-me os meus últimos segundos para desejar a continuação de festas felizes, e todos nós, não esperemos que outros façam por nós, vamos construir um ano de 2012 como todos nós merecemos. O povo português já demonstrou que está disponível para o sacrifício, mas por favor, quem exerce o poder, respeite esse sacrifício.”

Andreia Marques, cuja intervenção se segue:

“É do conhecimento de todos que estamos a passar por um período de Reforma da Administração Local. Esta é uma reforma que abrange, entre outros, o território e a gestão das autarquias, nomeadamente através da criação de executivos homogéneos, mais poderes para a Assembleia Municipal, reforço das competências inter-municipais, reformulação da Lei das finanças locais e, a que mais destaque tem tido, a organização do território. Esta reforma ainda está pouco definida pelo que consideramos que não podemos, nem devemos, ficar alheados desta questão e devemos, isso sim, promover a discussão em torno da mesma, de forma a podermos contribuir para o seu sucesso no nosso concelho.

Do que até agora conhecemos desta Reforma, os critérios estabelecidos não definem a agregação de nenhuma freguesia no nosso concelho. No entanto, e porque estes critérios estão ainda a ser revistos, devemos olhar para os bons exemplos de junção de freguesias existentes no nosso concelho, nomeadamente a Alitém (já referida pelo Eng. Rodrigues Marques, enquanto Presidente Junta Freguesia de Albergaria dos Doze) e os Bombeiros do Oeste (que agrega um conjunto de freguesias unidas em torno de uma causa/Associação Humanitária) e perceber que, caso os critérios sejam revistos e o concelho de Pombal esteja em “risco”, teremos sempre forma de conseguir encontrar uma alternativa. Pegando nas palavras do Secretário de Estado, Eng. Paulo Júlio, proferidas na palestra sobre a Reforma da Administração Local, “ou vocês se entendem, ou reformamos nós”...



MUNICÍPIO DE POMBAL

Posto isto, cabe-nos ir promovendo a discussão da temática para que, em momento oportuno, estejamos preparados para dar o nosso contributo e/ou eventualmente iniciarmos a “nossa” Reforma da Administração Local.”

Edite Olaio, cuja intervenção e transcreve:

“Eu trazia dois pontos para colocar aqui, na Assembleia Municipal, desde já informo que passo a apresentar só um par compensar o tempo utilizado pelo Dr. Armindo Carolino, mas faço-o com muito prazer, porque o ponto que eu trazia para intervir em primeiro lugar fica sem sentido pelo pequeno escândalo a que já assistimos aqui.

Passo a dizer que o Partido Socialista está muito preocupado com a suspensão da construção da Unidade de Cuidados Continuados. O Concelho de Pombal precisa desta resposta urgentemente, sobretudo para o tratamento dos idosos que acabam por ser colocados em Unidades muito distantes, ou por permanecer nos lares, sem os cuidados médicos adequados.

Metade dos Concelhos do Distrito de Leiria dispõe já deste tipo de Unidades.

A construção da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Pombal, com 40 camas, tinha uma componente importante do financiamento já garantido, quer através da Administração Central, quer através do Município de Pombal.

Assim, sobre este assunto, gostaria de colocar a seguinte questão ao Senhor Presidente da Câmara: Quais as diligências que o Senhor Presidente da Câmara desenvolveu, junto do Ministério da Saúde, de modo a garantir que o Concelho vai ter uma Unidade de Cuidados Continuados.”

Pedro Brilhante, cuja intervenção se segue:

É com enorme satisfação e orgulho que hoje, nesta última Assembleia do ano, a JSD vem mais uma vez a esta casa, na linha do tem vindo a ser a nossa conduta, prestar contas acerca do trabalho realizado em prol dos jovens e da juventude pombalense. De referir também que esta minha intervenção conjuga apenas uma primeira parte de uma proposta futura que faremos chegar ao executivo camarário e posteriormente a todos os senhores deputados nesta assembleia em tempo oportuno.

Dito isto, informo esta assembleia que no passado dia 16 de Dezembro a atual direção da JSD promoveu uma tertúlia dedicada aos meios alternativos de resolução de litígios e em particular aos JULGADOS DE PAZ!

A ação teve um enorme sucesso, contando com uma plateia composta por dezenas de pessoas, na sua grande maioria jovens, que se dispuseram connosco a ouvir e aprender mais sobre esta temática com o propósito primeiro de aferir a viabilidade dos JULGADOS DE PAZ e da sua possível implementação no Concelho de Pombal.

Contámos com oradores de excelência:

Dr. Fernando Negrão – Deputado e Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O pombalense e Juiz Conselheiro Dr. Armindo Monteiro

Dr. Dionísio Campos - Juiz de Paz em Coimbra

E, por fim, o Dr. Hugo Soares, Deputado à Assembleia da República e advogado em exercício.

As 2 horas de duração da actividade foram suficientes para conhecer a história dos Julgados de Paz, para analisar os seus prós e contras e, no final, a conclusão foi apenas uma: É premente a implementação de um Julgado de Paz em Pombal!



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esta foi a opinião unânime resultante da soma das opiniões dos oradores presentes e é também, na visão da JSD de Pombal, um importante e fundamental investimento a levar a cabo num futuro próximo na medida em que Pombal se apresenta, de facto, como um concelho com grande pendência judicial.

Sr. Presidente, registámos com agrado a sua presença e ouvimos com apreço as palavras finais que nos dirigiu. A abertura que demonstrou relativamente a esta matéria e o apoio firmado que nos expressou a todos dão-nos a esperança de, num futuro próximo, ver esta opção alternativa tornar-se uma realidade no concelho de Pombal.

Senhoras e Senhores deputados, a JSD está a estudar a fundo a questão da implementação de um Julgado de Paz no Município de Pombal, firmando o compromisso com este órgão colegial de oportunamente aqui apresentarmos a nossa proposta.”

Pedro Santos, que fez a intervenção seguinte:

“«Estradas de Pombal são as que mais matam na região». É este título de uma notícia de um semanário da região e que me leva a fazer esta intervenção.

Segundo esta notícia, metade das vítimas mortais do Distrito de Leiria perderam a vida neste Concelho, em grande parte devido a acidentes ocorridos na Estrada Nacional 1, IC”, que atravessa o nosso Concelho.

Só nos primeiros oito meses deste ano já morreram 14 pessoas num total de 35 em todo o Distrito, colocando Pombal no topo dos Municípios cujas estradas mais matam no País. Depois, de Setembro a Novembro já houve mais cinco mortos nas estradas do Concelho, pelo que o número final vai aumentar substancialmente.

Como se não bastasse, Pombal lidera também, a nível distrital, em número de feridos graves em acidentes de viação e está em 2.º lugar em número de acidentes.

Face a estes dados estatísticos negativos, pensamos ser prioritária a beneficiação do IC2 no Concelho de Pombal, através da melhoria do pavimento, da sinalização e da construção de infra-estruturas de segurança rodoviária. Neste âmbito, coloco as seguintes questões:

- *Quais as diligências já desenvolvidas para a execução do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, aprovado em reunião de Câmara, por proposta do PS?*
- *Que contactos foram estabelecidos pela Câmara, com as Estradas de Portugal e com o Ministério das Obras Públicas e dos Transportes, tendo em vista a realização destas intervenções no IC2?*

Nesta linha, o Plano Estratégico de Transportes aprovado pelo Governo não traz boas notícias para a região, anunciando a desativação do serviço de passageiros na Linha do Oeste, entre as Caldas da Rainha e Figueira da Foz, privando os pombalenses das Freguesias do Oeste da acessibilidade ferroviária.

- *Face a esta nova posição do Governo, que medidas foram tomadas pelo Executivo Municipal?*
- *Que ações foram realizadas para que essa decisão seja repensada?*
- *Por que não fazer tudo para avaliar o mercado potencial da linha, num cenário possível de duplicação da via, eletrificação, melhoria do material circulante e redução significativa dos tempos de viagem?*

Outro assunto é a questão da criminalidade. Nos últimos tempos, Pombal tem vindo à baila, nos órgãos de comunicação social pelos piores motivos, nomeadamente, devido à onda de



MUNICÍPIO DE POMBAL

criminalidade no Concelho. São assaltos à mão armada, são roubos de cabos de cobre, são burlas de idosos, entre outros.

Neste sentido venho questionar o Executivo sobre as diligencias que foram tomadas junto das forças de segurança para o reforço do policiamento do Concelho e para reduzir o sentimento de insegurança da população.

Parece-me importante a criação do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da Lei 33/98, de 18 de Julho, como acontece, por exemplo, no Município de Peniche, que formularia propostas de soluções para os problemas de marginalidade e de segurança, do qual fariam parte o Presidente da Câmara, os Vereadores, Presidentes de Junta, Ministério Público, Comandante das Forças de Segurança, Proteção Civil e Bombeiros.”

Fernanda Guardado, cuja intervenção se segue:

“Saúdo esta Assembleia na pessoa do Sr. Presidente da Mesa e aproveito desde já para desejar um bom ano a todos.

Começo a minha intervenção dando os parabéns ao Presidente da Câmara e a todos os vereadores, pelo trabalho desenvolvido na condução dos destinos desta autarquia, nos mais diversos domínios, sendo que hoje quero destacar o desporto escolar. Esse trabalho vai sendo reconhecido por aqueles que apesar de não viverem neste Concelho, estão atentos ao que nele se passa. Prova disso, foi o recente prémio “Autarquia”, atribuído pela Direção Regional de Educação do Centro e entregue na festa do Desporto Escolar 2011 que decorreu na Lourinhã, no passado mês de Novembro.

Esta iniciativa visou distinguir: alunos, professores, escolas, municípios e outras entidades que se tenham destacado no decorrer do último ano letivo, no âmbito do programa do desporto escolar.

O Município de Pombal foi oficialmente reconhecido com o prémio “Autarquia”, por parte da DREC, e Ministério da Educação, pelo trabalho desenvolvido naquela área, nomeadamente pelo apoio que tem dado às escolas, aos professores e aos alunos, criando condições para que estes possam desenvolver as mais diversas atividades desportivas, quer seja, um apoio ao nível do transporte dos alunos, quer ao nível da construção de infraestruturas que permitem a prática desportiva com todas as condições necessárias para a obtenção do sucesso.

No domínio das infraestruturas, a Câmara de Pombal tem tido a preocupação em dotar, não só a sede de Concelho, como também as várias freguesias, com infraestruturas desportivas que permitem, incentivam e apoiam a prática desportiva.

Enuncio aqui alguns exemplos dessas infraestruturas:

- Pavilhão Gimnodesportivo das Meirinhas, que vai permitir aos jovens das freguesias de Meirinhas, Vermoil e Carnide, usufruir daquele espaço, para a prática desportiva;*
- O Pavilhão do Louriçal, disponível para os jovens do Louriçal e freguesias vizinhas.*

De referir ainda, que também a Redinha e Albergaria dos Doze já têm estas infraestruturas desportivas disponíveis para quem delas venha a usufruir.

No caso da sede do Concelho, o Atletismo também está em destaque, uma vez que o Estádio Municipal, foi recentemente dotado com uma pista de atletismo, onde esta prática pode ser implementada e desenvolvida.

Por outro lado, no Pavilhão da Expocentro como aliás é do conhecimento de todos, existem condições para a prática de várias modalidades desportivas, ao mais alto nível. Ao longo dos últimos anos, ali têm decorrido atividades desportivas de âmbito local e nacional, contando



MUNICÍPIO DE POMBAL

sempre com a presença de atletas de alta competição. Estes eventos desportivos, trazem sempre mais pessoas à nossa cidade, que acabam por ficar nas nossas unidades hoteleiras, desenvolvendo assim o desporto e também o turismo.

Para terminar quero também dar os parabéns ao Município de Pombal, pelo 3º lugar obtido no Concurso de Atividades de Educação Ambiental do Programa Bandeira Azul, promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa, com a iniciativa “M@r Arte”.

O Concurso de Atividades de Educação Ambiental do Programa Bandeira Azul, visou estimular a participação ativa dos gestores e promotores de praias e marinas no envolvimento, conhecimento, preservação e sustentabilidade dos ecossistemas onde se situam.

Constitui ainda uma forma de estimular a qualidade, interesse e criatividade das comunidades favorecendo o aparecimento de projetos de intervenção local e de melhoria da qualidade de vida e o seu reconhecimento.

Por tudo o que aqui referi quero concluir que o nosso executivo camarário valoriza o desporto, o ambiente e de uma forma homogénea todas as atividades que interessam à nossa juventude contribuindo para que os nossos jovens tenham uma formação de verdadeiros cidadãos e responsabilizando-os também por opções de vida saudáveis.”

Catarina Pascoal, que usou da palavra como se segue:

“Desde já aproveito para desejar a todos vós a continuação de umas boas festas, 2011 a terminar e 2012 pronto a começar cheio de novos acontecimentos e com a promessa de ser especial para todos os pombalenses e para todos os portugueses.

Temos mais 366 dias para sermos felizes, pois que o sejamos, contudo, não tenhamos dúvidas que este novo ano é o ano do tudo ou nada, é o ano da mudança para a sobrevivência, é o ano sem espaço para surpresas positivas e sem direito a ilusões.

Por isso, neste fim de ano, quero alertar este Executivo que todos os pombalenses contam convosco para os ajudar a ultrapassar as inúmeras dificuldades que se avizinham.

Acredito que todo o Executivo estará empenhado, tal como sempre demonstrou, em apoiar cada município, ajudando-o a superar aquilo que são as suas dificuldades e as suas angústias.

É definitivamente um ano decisivo, onde todos estaremos à prova, e em que só os melhores superarão essa mesma prova rumo à sobrevivência. Acreditamos que todos os pombalenses vão ultrapassar mais esta barreira.

Além de todo o apoio local que possa ser dado, existe algo que pode ser sucesso para a crise que se avizinha. Falo da mudança. A mudança em cada um de nós, a mudança comportamental que tarda em chegar, a mudança de atitude que teimamos em não ter.

Na prática temos que mudar aquilo que é o típico português pelo menos nalgumas das suas características. E o que é o típico português? É o Zé-povinho. Paciente, crédulo, submisso, humilde, manso, apático, indiferente, céptico, desconfiado, discreto e solitário. Contraditório quando simultaneamente, e por vezes fora de tempo, é incrédulo, revoltado, resmungão, insolente, furioso, sensível, compassivo, arisco, ativo, solidário e convivente.

Somos um misto de muito de bom, contudo, nalgumas coisas temos que, inevitavelmente, mudar para nos conseguirmos adaptar a esta nova realidade.

Pombalenses, vamos aproveitar esta crise para mudar. A solução de muitos dos problemas está em nós, tem que estar em nós, nós somos parte da solução, nós somos responsáveis pelo nosso futuro.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Contra o desemprego esperado vamos apostar mais no aumento continuado de conhecimentos e competências. Tornemo-nos uma mais-valia para o selvático mercado laboral, não estejamos à espera que sejam os outros a planear o nosso caminho.

Sejamos mais competentes, mais eficazes, mais eficientes, menos dependentes do Estado e do outro, mais reivindicativos por causas que, efetivamente, valham a pena, mais auto-motivados, mais produtivos, mais envolvidos em tudo aquilo que fazemos, principalmente a nível profissional, mais persistentes e menos teimosos, menos derrotistas, mais pró-ativos, façamos, resolvamos, assumamos a responsabilidade pelos nossos atos, sejamos mais ambiciosos, sejamos melhores empregados, mais responsáveis e mais envolvidos, sejamos melhores patrões dando o verdadeiro exemplo.

Não esqueçamos que o foco em tudo o que fazemos deve ser sempre o nosso bem-estar, quando fazemos as coisas só por fazer nunca são bem feitas.

Para mim, o ano de 2012 é um ano incrivelmente especial, é o ano do nascimento da minha filha, e quero que nasça num país, numa cidade diferente, com pessoas mais capazes, mais competentes, mais envolvidas, mais felizes, e que se orgulhem, principalmente, em serem pombalenses e portuguesas.”

José Neves, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“A minha intervenção prende-se um pouco com a minha facção, mas eu quero aqui manifestar, publicamente, a minha não satisfação bem como a da população da minha Freguesia. Insatisfação e não indignação, porque indignação pode ter contornos de protesto e não é essa a minha intenção. Indignação já nós presenciámos, aqui, em certas ocasiões, manifestada por alguns colegas Presidentes de Junta, mesmo quando têm o estofa de uma larga maioria.

Eu sou um cidadão bastante pacato, tendo mesmo uma atitude um pouco parecida com o Zé-povinho daquela intervenção que acabámos de ouvir, até sou, por vezes, acusado pelas pessoas da minha Freguesia, nomeadamente, pela oposição da Assembleia de Freguesia que diz que eu não tenho atitude nem capacidade de reivindicação, perante a Câmara, daquilo que é necessário para a Freguesia do Lourçal.

Neste momento, não é isso que eu quero manifestar, quero apenas chamar a atenção, publicamente, de que determinados investimentos públicos, por parte da Câmara Municipal, devem decorrer de forma mais célere. Estou a referir-me a casos concretos.

A Rua da Cerâmica nas proximidades do centro do Lourçal, que é uma rua com péssimas condições para a circulação, que não tem passeios, estamos, há anos, à espera da requalificação daquela rua e, como este, há muitos outros exemplos, mas parece que tudo vai entrar no bom caminho considerando as reuniões que temos tido com o Senhor Presidente da Câmara que despacha nesse sentido e depois as coisas nunca mais se concretizam, parece, e eu não quero pensar isso, que existe alguma manobra nos departamentos técnicos.

Portanto, eu só queria chamar a atenção para alguns investimentos de pouca monta que já aguardamos há muito, de forma a que os mesmos sejam realizados porque, até pelo número de pessoas da Freguesia, se justificam.

Senhor Presidente, chamo a sua atenção para estes pormenores.”

João Cordeiro, que fez a intervenção abaixo:

“Para já estou satisfeito e vou contrariar um pouco as palavras do meu Presidente de Junta, porque nos últimos tempos, têm-se feito algumas coisas no Lourçal, que tínhamos reclamado em tempos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Fizeram-se obras como o pavilhão gimnodesportivo onde a Câmara investiu bastante dinheiro, os arranjos exteriores entre este equipamento e a sede da Junta de Freguesia, o piso sintético e o muro do campo de futebol da Associação da Moita do Boi, a restauração da Igreja da Misericórdia que enriquece o Louriçal e oferece, a quem nos visita, mais um monumento histórico que muito nos orgulha.

Registar também que já está recuperado o pontão que tanto perturbou a via pública do Louriçal e registar com agrado as obras de saneamento que se estão a desenrolar na Moita do Boi e nos Antões, orçamentadas em € 1.470.000,00.

Dizer que é com apreço nas pessoas do Senhor Presidente de Junta, Sr. José Neves e no Pedro Santos, que reconheço mérito notório na conduta, na dedicação e no empenho que têm dedicado à Freguesia do Louriçal.

Permito-me dizer que esta intrínseca colaboração entre Junta e Câmara mostra que é possível melhorar as condições da nossa Freguesia e dos nossos munícipes.

Já foi aqui anunciado que eu pedi a suspensão do meu mandato. Pedi à minha entidade patronal uma licença sem vencimento e, durante um ano, farei voluntariado internacional em África. Aprendi coisas boas como deputado municipal, e vou levar comigo as boas experiências, os bons discursos, a ética que aqui se desenrolou ao longo destes anos.

Para terminar dizer três coisas. A certeza que todos nós estamos sempre a começar algo, a certeza que todos nós precisamos de continuar e que seremos sempre interrompidos antes de conseguir terminar.”

Pedro Murtinho, que fez a intervenção seguinte:

“Começo por desejar a continuação de boas festas a todos os presente, desejando a todos que 2012 seja um ano cheio de paz, de saúde e que a esperança reine nas nossas vidas.

Na realidade, crise não é uma palavra vã nos dias que correm e, 2012, não será seguramente um ano fácil, avizinham-se muitas dificuldades para as famílias do nosso Concelho, até porque o desemprego e a emigração são mesmo uma realidade no nosso Município.

Tenho algum trabalho neste âmbito, na Freguesia de Almagreira e, neste Natal, deu para constatar que há mais famílias com necessidades de ajuda e a pobreza envergonhada engordou.

Preocupação é o sentimento que me invade neste momento. Por isso, peço aqui a todos, ao Executivo, às Juntas de Freguesia e a todos nós com responsabilidades neste Concelho, que sejamos vigilantes e sensíveis nesta temática, avaliando e sinalizando as situações mais graves de pobreza e exclusão social que vão afetando o nosso Concelho, encontrando respostas sociais para esses casos, ajudando essas famílias a ultrapassar esta fase difícil das suas vidas.”

Nascimento Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“O que vou dizer é tão só uma nota pessoal, mas é importante que o faça hoje, e neste local.

Em Pombal temos, felizmente, homens grandes, grandes de caráter, de competência, de bem servir, de honestidade. Homens que ao longo da sua atividade profissional tudo têm dado em prol de uma sociedade melhor, ajudando quem precisa, curando quem está enfermo, administrando os bens comuns com saber, competência e lealdade.

De entre esses quero destacar um que na minha conceção e apreço merece ser realçado, porquanto, conhecedor que é da realidade vigente, sempre que é chamado para fazer parte da administração e gestão de um Hospital, o faz com competência e honestidade, refiro-me ao Senhor Dr. João Coucelo, digníssimo membro desta magna Assembleia Municipal, que, no



MUNICÍPIO DE POMBAL

passado dia 14 do mês em curso, tomou posse como vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Leiria-Pombal.

Para si, Dr. João, digníssimo amigo, os meus votos sinceros de um bom trabalho numa causa pública que a todos diz respeito.”

Ilídio da Mota, que usou da palavra como se segue:

“Neste final de ano, presto a minha homenagem e reconhecimento a todos os que, de algum modo, prestaram serviço, ajuda, acrescentaram valor e qualidade de vida à comunidade destacando, na área de Freguesia que represento, as direções e demais pessoal das seguintes coletividades:

- *O Centro Social Júlio Antunes que abriu no passado mês de Setembro, uma moderna creche para bebés, dos três meses aos três anos, ficando agora com mais uma importante valência de apoio social às famílias.
O Centro Social está de parabéns por todo o trabalho que tem desenvolvido, pelas obras que tem edificado com elevado valor patrimonial e arquitetónico, por prestar um serviço inigualável de apoio às famílias, pela forma organizada e sustentada com que tem feito importantíssimos investimentos que a todos nós acrescentam qualidade de vida, graças ao seu trabalho que é feito com singular espírito de missão é mais fácil sermos pais pois ajudam a educar os nossos filhos, graças ao seu empenho e dedicação é mais fácil sermos filhos pois ajudam a cuidar dos nossos pais.
Graças aos seus investimentos temos mais três dezenas de postos de trabalho na nossa Freguesia;*
- *A Sociedade Filarmónica Vermoilense que tem uma banda brilhante e tem tido um forte crescimento que se deve à área da formação, com uma excelente escola de música com mais de 80 alunos, com os melhores professores da região e infra-estruturas de elevada qualidade, fruto de obras de requalificação que recentemente se concretizaram;*
- *O Atlético Clube de Vermoil, com tantos troféus conseguidos em provas nacionais e distritais, um clube com mais de 120 atletas na formação;*
- *A Associação Desportiva da Ranha que, para além do Futebol Sénior, tem mais de 80 crianças em formação e tem um dos melhores estádios do Concelho, com campo relvado, campo pelado, polidesportivo, excelentes bancadas e balneários, situado na confluência das freguesias de Vermoil, Meirinhas e Carnide, uma excelente localização para ser um estádio multi-freguesia ou até municipal.*
- *Destaco ainda o papel dos 28 homens voluntários que integraram e integram as Brigadas de Primeira Intervenção e Protecção Civil da Freguesia de Vermoil, que têm tido um papel determinante para que as florestas se mantenham verdes, com vigilância, dissuasão e primeiras intervenções, bem como apoio aos Bombeiros Voluntários de Pombal.*

Todas estas atividades são possíveis graças à vontade e disponibilidade de muitos homens e mulheres que dão muito do seu saber e do seu tempo em prol da comunidade e que têm tido o importantíssimo apoio desta Câmara e do Senhor Presidente Eng.º Narciso Mota, aos quais deixo, em nome da Freguesia de Vermoil, o agradecimento e reconhecimento, pois, sem esses apoios, por muita vontade que houvesse, muito pouco se conseguiria fazer.”

Fernando Matias, que disse o seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Eu não ficaria bem comigo próprio se, de facto, não sublinhasse a tristeza que tive na última Assembleia, onde se debateram os limites das freguesias.

Fiz parte do grupo de trabalho, constituído por todos os Presidentes e Executivos de Junta, que em 2007/2008 trabalhou de forma pormenorizada sobre os limites, em que os pontos que quisemos relevar foram de facto criar limites, tendo em consideração o IGP, que fossem perceptíveis, visíveis, em que a gestão do território fosse mais fácil. O que verificámos foi que pelo caminho foi feita aproveitação política.

Foram trazidos para este espaço, onde espero que, em 2012, a agressividade e as palavras menos próprias estejam ausentes, porque, de facto, o que vemos, às vezes, é que em dois minutos incendiamos todo um trabalho que se quer fazer com consciência e objectivos e deita-se tudo por terra.

Em termos dos limites das freguesias, faz-me lembrar, a minha juventude, em que os proprietários que iam à igreja ao domingo e deixavam a enxada atrás da moita para depois ir mudar o marco. Isto não deve ser feito assim e não devemos ir para o território tentar mobilizar uma ou duas pessoas para dinamitar todo um trabalho que foi feito de uma forma responsável, com tempo, tendo em consideração um conjunto de pormenores para melhorarmos este território, este Concelho e este País.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Permitam-me que diga o seguinte:

Já completei 65 anos de idade, já estou numa situação de aposentado porque trabalho por conta de outrem, há mais de 43 anos, mas vou completar o 5.º mandato, até ao último dia, com a mesma preocupação com que iniciei funções neste Município, há 18 anos atrás.

Também devo dizer-vos que ontem à noite fui para casa e ao ler a comunicação social e ao analisar a agenda da Assembleia Municipal, eu fiquei preocupado, porque antes do 25 de Abril eu lia os jornais e sabia que, quando havia algum comentário menos abonatório, era-se preso pela ex-polícia política, a PID. Só havia notícias boas, não tínhamos direito à palavra, nem à crítica, nem à opinião, não vivíamos em democracia.

Passados 36 anos vivemos uma democracia plena mas podre de ideias, podre de valores, e em que algumas pessoas sem experiência de vida, sem maturidade, fazem conferências de imprensa, faltam à verdade, faltam ao realismo e não dignificam a atividade política, nem sequer a função pública.

Instrumentalizar, através dos média, a opinião das pessoas, desinformando, preocupa-me, quando há homens sem carácter, sem ética, sem verticalidade, que assumem funções públicas, que têm responsabilidade política e que mentem ao povo que os pode eleger, porque ambicionam ser eleitos.

Eu sirvo o meu Concelho, há 18 anos, com a consciência do dever cumprido e sinto-me magoado quando esses homens, que têm ambições políticas, dizem à opinião pública que os subsídios são um atentado económico, quando eles são aprovados, todos, por unanimidade.

Os Senhores Presidentes de Junta, que me estão a ouvir, sabem que os subsídios que nós temos vindo a atribuir servem para desenvolver socialmente o Concelho, no desporto, na economia, na cultura, etc. Algum de vós se apercebeu que os subsídios eram mal aplicados ou mal entregues? Algum dos Senhores veio a esta Assembleia, que é o Órgão fiscalizador, dizer que há corrupção nesta Câmara?



MUNICÍPIO DE POMBAL

É essencial para uma democracia ser aperfeiçoada e dignificada, acabar com o parasitismo, substituir o supérfluo pelo útil e sabermos aquilo que ambicionamos para um futuro e melhor desenvolvimento do nosso Concelho.

Porque é que se fala no Urbanismo, e depois, por ironia o homem que está no Urbanismo até é irmão do Presidente da Câmara, como se eu fosse responsável pelos técnicos que já aqui estão há mais de 30 anos.

Urbanismo não são obras particulares. Urbanismo é urbanizar, é não permitir a inflação dos terrenos e os proprietários urbanizarem o urbanizável, são as Urbanizações da Quinta das Cegonhas, das Oliveiras, do Souto, de Flandes, da Senhora de Belém, etc. Onde é que estão as lacunas?

Há falhas, sim, porque ainda tenho ali a Urbanização Erse Marques, em que havia aqui um engenheiro que dimensionou o muro que caiu, deixando a Senhora na falência porque a urbanização não tem alvará; vamos à Urbanização dos Vicentes, que está mal e que me preocupa; vamos à Urbanização das Courelas; vamos à Urbanização de Santa Luzia; vamos à Urbanização de S. Cristóvão, em que ainda agora tivemos que fazer um acesso.

Porque é que a memória dos políticos é curta e estão sempre a atacar e a maldizer quem tem consciência e, profissionalmente, cumpre com o seu dever?

A IGAL veio cá por denúncias de membros deste Executivo e desta Assembleia, do Partido Socialista, mas a IGAL, no entender dessas pessoas, tinha que prender o Executivo começando pelo Presidente de Câmara, mas só foram encontradas pequenas irregularidades às quais já foi dada resposta.

As injustiças, as punhaladas ferem, quando se diz aqui uma coisa e pelas costas se diz o contrário, não é respeito, não é democracia, isto revolta-me e preocupa-me o futuro dos meus filhos, quando uma democracia age nestes termos.

Quando chegarmos às eleições vamos ter mais ataques, mais contra-informação, mais demagogia, mais falta à verdade. É assim que queremos fazer política?

Relativamente ao Tiago Galvão, se a Lei for publicada, felizmente, podemos criar, de imediato, o Conselho Municipal de Juventude. Temos instalações e condições para o fazer.

Relativamente ao preço das tarifas, eu sei o que se paga em Lisboa, o que se paga em Leiria, e noutros Concelhos da AMLEI e das Terras de Sicó, mas temos que informar o contrário, porque aquilo que gastamos é superior à receita. A Lei das Finanças Locais é cumprida.

Queriam que aderíssemos às Águas do Mondego, não aderimos, mas se o tivéssemos feito os Pombalenses estavam a pagar duas ou três vezes mais.

Estamos a defender a Linha do Oeste, no âmbito da Região de Turismo e da AMLEI, já temos um estudo executado, por iniciativa autárquica liderado pelo Município das Caldas da Rainha, e estou convencido que o atual Governo vai ser recetivo a esta necessidade.

Quanto à Dra. Edite, devo dizer que estive na tomada de posse dos Órgãos do Hospital Leiria-Pombal, onde estava o Senhor Ministro da Saúde, aproveitei para lhe solicitar uma audiência para tratar de vários assuntos, como o Centro de Saúde de Pombal e a Unidade de Cuidados Continuados. No entanto, “sem ovos não se fazem omeletas” e, provavelmente essas obras só avançam quando houver dinheiro as pagar. O Centro de Saúde já tem terreno, e já pagámos, também, o projeto.

Responsabilizámo-nos pelo pagamento do valor não participado relativamente ao Lar da CERCIPOM da Guia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara, com os subsídios que tem dado, tem impulsionado, em termos sociais, muitas obras, em todas as Freguesias e temos tido essa capacidade porque pagamos e temos custos competitivos e honestos.

O SR. Pedro Santos fala no IC2 mas eu de há 18 anos a esta parte, já falei com mais de 13 Presidentes das Estradas de Portugal, escrevi ofícios a pedir passagens desniveladas, a pedir a via circular, a pedir a requalificação da Nacional n.º 1, já fui à Brisa pedir um nó da Auto-Estrada no Barracão para desanuviar o trânsito da Nacional n.º 1 que é, de facto, uma estrada fatídica, mas os Governos têm feito obras a sul de Coimbra até Condeixa e entre Condeixa e Leiria não há nada feito.

Tenho outra audiência marcada para o dia 5 de Janeiro, vamos ver o que posso fazer.

Havia um Conselho Distrital de Segurança Rodoviária em Leiria que reunia trimestralmente, sempre lá fui, apresentava-mos as lacunas e o número de vítimas, mas os Ministérios da Tutela não davam seguimento ao assunto.

O Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, Sr. José Neves, falou no investimento célere na Rua da Cerâmica. Já dei ordens para fornecerem os materiais para execução do muro, a cerâmica que ali se encontra tem que autorizar a eliminação da curva, mas se eu estivesse no seu lugar fazia primeiro a estrada que liga a EPAC à sede Vila, passando ao lado do mercado e a via circular a nascente da Vila, para passar ao lado do Gimnodesportivo, porque no Louriçal fizeram-se 77 km de asfalto, o saneamento também está em força e têm-se apoiado muitas associações, bem como as Igrejas e o Convento das Clarissas.”

João Coucelo, que pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Acho que não há aqui escândalo nenhum. Eu comentei afirmações do Dr. Adelino Mendes, tenho o direito de o fazer e não falei em termos menos corretos do que os que ele usou e tem usado, relativamente a questões da Câmara Municipal.

Não sei onde é que ofendi a honra de alguém, portanto, recuso-me a isso, mas vou falar para repor a verdade dos factos.

O Dr. Adelino Mendes tem todo o direito de chamar a si a autoria do que quer que seja, mas falemos verdade e, até gostava de ajudar a clarificar, aqui, a questão da Unidade e Cuidados Continuados.

Dr. Adelino Mendes, ainda o Senhor não sabia sequer o que era uma Unidade de Cuidados Continuados, já eu trabalhava em Coimbra a fazer negociações com IPSS's e com a Cáritas, para usar as primeiras camas, ao abrigo da 1.ª legislação, para os Hospitais.

Algum tempo antes de vir para Pombal, numa reunião da ARS, confrontei a Dra. Inês Guerreiro, que era a Coordenadora Nacional das Unidades de Cuidados Continuados, com uma situação que eu considerava perfeitamente absurda que era não haver qualquer espécie de planeamento na construção daqueles equipamentos, coisa que a Senhora não gostou.

Quando vim para Pombal, e há várias testemunhas, entre elas o Sr. Eliseu e o Sr. Vereador Diogo Mateus, falei com o Dr. Joaquim Guardado e, em 2006, reunimos na Santa Casa da Misericórdia para lançar o projeto da Unidade de Cuidados Continuados, bandeira que depois o Sr. Eliseu usou na sua campanha eleitoral.

Chegamos à situação de, em Setembro de 2010, o projeto estar pronto, os projetos de especialidades e pequenos pormenores estavam concluídos, estava financiado, com a Câmara a contribuir e os terrenos cedidos. O que é que falhou de Setembro em diante? A falta de celeridade dos processos na ARS do Centro e, o que eu digo, eu comprovo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu estou a dizer a verdade e não estou a querer reconhecer qualquer paternidade, nem qualquer direito sobre matérias que o Senhor, politicamente usará como muito bem entender, mas, em abono da verdade, não foram assim.

Estes são os esclarecimentos e, quando eu disse o que disse, não tenho por hábito ofender ninguém, tenho por hábito dizer a verdade das coisas e tenho as provas disso.

Eu sei que o Senhor sabe que eu sei, que há uma série de situações em que o Senhor esteve envolvido e em que tem sérias responsabilidades, nomeadamente em nomeações, e não me venha com essas história de “tirar o cavalinho da chuva”, porque eu só falei nisso porque há responsabilidades de políticos como o Senhor, e há outros, eu também tenho as minhas noutras coisas, mas as pessoas deverão falar disso sem vergonha, porque neste país, para o futuro tem que se falar verdade, tem que haver frontalidade.

Eu não quis ofendê-lo, eu estive a dar a minha opinião sobre um assunto de que tenho provas, dados concretos...

Nesta altura gerou-se alguma confusão, tendo o Dr. João Coucelo terminado a sua intervenção sobre este assunto, como se segue:

“Eu termino porque o Dr. Adelino Mendes já nos habituou a isto e eu gostava de lhe dizer que um bocadinho mais de respeito não fazia mal nenhum.

Eu queria agradecer as palavras elogiosas do meu colega de Bancada. Eu estou num lugar que não é novo para mim, já o desempenhei há muitos anos, já estive em funções semelhantes, faz parte da minha carreira profissional, não estou a representar o Hospital de Pombal nem Pombal, estou a representar um projeto de trabalho novo para a região em que nos inserimos, e que penso que também foi paternidade do Dr. Adelino Mendes, pela forma como falou, mas isso não sei se foi ou se não foi.

Eu gostava de lhe dizer, e agora, com certeza que permite que eu faça esse reboque, não se esqueça que eu disse aqui, numa Assembleia, “Ainda bem que vamos ser integrados no Centro Hospitalar Leiria – Pombal, infelizmente pelos piores motivos.”

Fernando Carolino, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar eu gostaria de utilizar a palavra para defesa da honra da Bancada do Partido Socialista.

Faço minhas as palavras que foram proferidas pelo Dr. João Coucelo, um pouco mais de respeito não fica nada mal a quem profere acusações vãs, como o Senhor Presidente fez há pouco na sua intervenção.

Se acusa o Partido Socialista de denúncias, situações anónimas, junto de Institutos ou do que é que quer que seja, o Senhor Presidente vai ter que provar que esse anonimato é do Partido Socialista.

Se o Senhor está a olhar para a árvore esquecendo-se que existe ao lado dessa árvore uma floresta, por favor, não confunda as duas situações.

Senhor Presidente, preocupado estou eu com as suas preocupações, sabe porquê? Porque as irregularidades são ilegalidades, e quando se constrói em sítio onde não é permitido, está-se a cometer uma ilegalidade, a não ser que o Senhor consiga dirimir essa ilegalidade e torná-la uma legalidade, só que não deixa de cometer uma ilegalidade e se a ilegalidade é cometida, ela existe, e se ela existe tem que ser corrigida, e se tem que ser corrigida com uma contra-ordenação, ela tem que ser aplicada, a não ser que o Senhor queira, efetivamente, usar leis que não estão consubstanciadas no que é normal e no que é legal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Senhor Presidente, as preocupações, essas o Senhor tem-nas porque foi para isso que foi escolhido pelo povo de Pombal, mas peço-lhe que se há ilegalidades que as corrija, mas dentro da legalidade.

A locução que agora me é permitida versa um tema que tem sido, amiúde, assunto de discórdia entre esta Bancada e a maioria aqui representada pelo PPD/PSD e o elenco camarário.

Sobre este tema muito foi dito, escrito, discutido, e agora, finalmente, temos uma clarividência sobre o muito do que o PS e a própria população pombalense questionou.

Falo-vos do Relatório Final da Inspeção Ordinária da IGAL ao nosso Município.

Conclusões concisas são o que procuro trazer aqui, sem que não deixe de lado o objetivo e o propósito que sempre norteou a posição do PS neste assunto, a todo o tempo.

Com falhas identificadas no Relatório da IGAL temos muitas e diversificadas, desde logo versando o desfalque de verbas do Município que tanta celeuma e mau estar criou ao longo deste tempo.

O funcionário em questão tinha autorização para movimentar a conta e fazer reconciliações bancárias. Uma violação clara do POCAL. Detinha o controlo absoluto do processo, movimentava as contas, verificava os extratos bancários, as notas de crédito e de débito, controlava a correspondência e os cheque e ainda fazia as reconciliações bancárias, mais que a acumulação de funções e responsabilidade do funcionário era conhecida no Município.

É também apontado o descontrolo na área financeira, onde não havia reconciliações bancárias, não havia segregação de funções, não existia o controlo da correspondência dos extratos bancários, nem sequer o registo, não havia documentação contabilística de suporte de toda a receita arrecadada, estavam por contabilizar receitas de água de 2008 e 2009 e as fichas bancárias estavam desatualizadas. As palavras passe das contas eram conhecidas por mais que uma pessoa, nomeadamente, a do Senhor Presidente da Câmara.

Leva-nos uma leitura do Relatório em questão a indicar as responsabilidades administrativas e as responsabilidades políticas. Se nas primeiras há uma constatação de não ter existido uma informação do técnico superior e da coordenação técnica ao Senhor Presidente da Câmara, sobre as irregularidades administrativas, a segunda só vem demonstrar cabalmente o que sempre, aqui, afirmámos, em várias ocasiões, não havia qualquer dirigente responsável pela área financeira, existia sim um excesso de confiança do Senhor Presidente da Câmara no funcionário em questão.

Diz o Relatório que cabia ao Senhor Presidente o dever de ter garantido a segregação de funções na área financeira acrescida de ter sido promovida a avaliação do Sistema de Controlo Interno e remata com a questão do excesso de confiança e facilitismo.

Como já o fizemos sentir, como já o admitimos e como já foi, por nós, proposto, o PS apresenta como propostas:

- *Auditoria ao cumprimento da Norma de Controlo Interno;*
- *Verificação semestral, pelo ROC, do cumprimento da Norma;*
- *A revisão de todo o processo financeiro e formulação sobre o mesmo; e finalmente*
- *Uma informação pública sobre o prejuízo real para o Município.*

O Relatório prossegue com as principais irregularidades detetadas e anotamos algumas, na atribuição dos subsídios, no ponto crucial e fundamental como são as contra-ordenações e, finalmente, nos processos urbanísticos, onde de dez processos que foram analisados, nove evidenciam irregularidades urbanísticas graves, violação do PDM, construção de obra pública



MUNICÍPIO DE POMBAL

em propriedade privada, obras executadas em RAN e REN, construções não licenciadas, obras executadas em desconformidade com o projeto, paralisação dos processos de contra-ordenação, enfim, uma panóplia de irregularidades a mais para tão poucos processos.

Coo propostas à procura de solucionar estas lacunas, o Partido Socialista apresenta:

- *Que seja feita a aprovação de um Regulamento de Atribuição de Subsídios;*
- *Que seja feita uma efetiva delegação de competências nos Vereadores, para a supervisão dos assuntos jurídicos, fiscalização e Urbanismo.*

Termino com uma resenha não paternalista mas bem realista e documentada ao longo do tempo, aqui mesmo, e em posições por nós assumidas como o papel do Partido Socialista neste caso em particular e no conjunto geral.

O PS teve e tem razão em tudo o que disse sobre este assunto. Crê agora ter-se justificada a criação da Comissão de Inquérito para o cabal apuramento da responsabilidade política e obtenção de informação direta e atempada por parte desta Assembleia Municipal, e concluo que ainda há muito trabalho a fazer na melhora da coordenação política e da organização administrativa do nosso Município.”

João Coelho, que interveio como se segue:

“Tenho apenas um pedido de esclarecimento muito breve.

De toda a intervenção que foi feita pelo Dr. João Coucelo, em relação à Unidade de Cuidados Continuados ficou a minha dúvida e gostava que o Senhor Presidente da Câmara me esclarecesse.

Desde o início da obra e do contacto com a Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara assume o mesmo encargo financeiro na construção da obra, ou este compromisso diminuiu ao longo do tempo?

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu o seguinte:

“Senhor Fernando Carolino, você é empregado bancário e, se calhar, se lá fosse o Vítor Leitão, sendo ele angariador de clientes para o seu Banco, sabendo que o POCAL não permitia que um conta fosse movimentada sem duas assinaturas – está lá uma carta anterior ao desfalque, assinada por mim e pela Tesoureira a dizer que aquela conta era receptora e que só podia ser movimentada por duas assinaturas, mantendo as condições da abertura – o Senhor deixava-o movimentar essa conta, sabendo que ele levava apenas uma ficha assinada por mim e pela tesoureira, que não tinha uma autorização expressa, tinha apenas cruces. O Senhor deixava-o movimentar 540.000 euros?

Eu tenho idade para ser seu pai e pergunto-lhe se o Senhor não traz aqui, de Assembleia a Assembleia, há mais de um ano, a mesma cassete?

Tenha sentido ético e de responsabilidade e não crucifique quem não deve ser crucificado. O desgraçado que roubou já está crucificado, está na prisão. Vamos em Janeiro ao Porto ter um encontro com o Banco para ver se chegamos a acordo, porque eles sabem que têm esse ofício da Câmara.

Em relação às ilegalidades já se respondeu à IGAL. Os Senhores queriam que a IGAL viesse para aqui fazer sangue. Nenhuma irregularidade foi cometida por interesse próprio e por corrupção, mas inadvertidamente, pelos técnicos que já aqui estão há 30 e mais anos.

Se o Senhor tem responsabilidade profissional, se tem competência, não devia trazer tantas vezes essa cassete, porque está a tentar defender um Banco que tem 90% de culpa.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à Unidade de Cuidados Continuados, a Câmara já deu o terreno, já pagou o projeto e podem ser 20%, podem ser 30%, é aquilo que a Câmara puder disponibilizar.”

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão não se verificou qualquer inscrição, passando-se, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o Ano Económico de 2012.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

João Coucelo, que usou da palavra para intervir como se transcreve:

“Tendo presentes os documentos previsionais do Orçamento e Plano de Actividades, eu vou-me limitar a tecer alguns breves comentários.

Tendo recordado aquilo que foi afirmado, aqui, nesta Assembleia, no ano passado, quer por parte da Bancada do Partido Social Democrata, quer por parte da Bancada do partido Socialista, eu queria frisar dois ou três aspetos que me parecem os mais importantes.

Num momento como o que atravessamos, com a crise económica e social que está ainda no princípio, e cujo fim nós desejamos que seja no tempo mais curto possível, porque tudo isso representa sacrifícios enormes para a população em geral, sobretudo para os mais desfavorecidos, a própria classe média é, hoje, uma das mais sacrificadas, em termos do impacto da carga fiscal, este Orçamento, numa Câmara que, - independentemente, destas discussões que nós temos, por vezes mais aguerridas, porque tem que ser – independentemente das opções que toma, das suas prioridades, discutíveis em todos os aspetos, tem hoje, num País em que a esmagadora maioria das Câmaras atravessam sérias dificuldades financeiras, uma saúde financeira invejável para o panorama geral do País. Este é o primeiro dado a realçar.

Algumas das obras previstas e alguns dos investimentos aqui previstos parecem, até, um pouco acima daquilo que seria pensável no País real que temos.

Penso que na questão das prioridades, melhor do que as minhas palavras é lerem aquilo que o Dr. Adelino Mendes, a quem eu “tiro o chapéu” nesse aspeto, disse na reunião da Câmara Municipal. ´

E a primeira vez que eu leio um comentário tão favorável, por parte dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, relativamente às prioridades assumidas, nomeadamente, a questão do Abastecimento de Água em Alta, das Redes de Saneamento, da Educação, da Ação Social e, também, de algum investimento na área do Turismo e, portanto, isso quer dizer que, naquilo que



MUNICÍPIO DE POMBAL

constitui o maior volume de investimento global previsto nestes documentos, há uma concordância significativa.

Claro que os aspetos da fiscalidade e de algumas outras, foi mais criticado, mais comentado, teriam outras opções relativamente à adoção das medidas que a Câmara discutiu, anteriormente, aqui, e que mereceu o apoio da maioria.

Nesse sentido, eu gostava de dizer que é um Orçamento, mesmo assim, com algum volume, alguma ambição, ainda que mais contido relativamente ao do ano anterior.

Como munícipe, o que eu espero é que a Câmara tenha a capacidade de realização nos investimentos prioritários que aqui estão mencionados, que permitam ao Concelho de Pombal, à generalidade das suas Freguesias, ter, um ano de 2012, com a realização das obras tão ansiadas e que são necessárias para as populações.

Naturalmente, este não é o Orçamento do Estado que tem que se votar por imposição da Troika, este é o Orçamento do Município de Pombal, que a Bancada do PSD vai votar favoravelmente, porque achamos que ele tem todas as condições para isso.”

Odete Alves, que fez a seguinte intervenção:

“A Bancada do Partido Socialista, como é do vosso conhecimento, no ano passado, votou contra o Orçamento para 2011, e fê-lo porque, não obstante entendermos que se tratava de um Orçamento bastante ambicioso que continha algumas prioridades, algumas opções, que considerávamos erradas e que eu passarei a lembrar:

Os Impostos Municipais, considerávamos nós, eram vistos unicamente como fator de arrecadação de receita e não como instrumentos de política económica e social; Achávamos nós que a Câmara devia partilhar o esforço que se exigia aos munícipes numa altura tão conturbada; Defendíamos a diminuição dos Impostos Municipais; Criticávamos ainda o fraco investimento na Rede Escolar; a ausência de investimento na economia, as expectativas exageradas na execução dos investimentos em água e saneamento e o esmagamento de outros investimentos estratégicos; o aumento das despesas de funcionamento, das despesas de animação cultural e ainda o aumento das transferências para a PMUGEST e ADILPOM.

Analizados os documentos que nos foram apresentados relativamente a este ponto, designadamente o Orçamento e as Grandes Opções, constatamos que, efetivamente, a Câmara, não obstante todo o panorama Nacional, que é adverso, como todos conhecemos, corrigiu aqui algumas opções seguidas no passado e vem de encontro às prioridades por nós defendidas no ano passado, tais como: O Abastecimento de Água e a construção da Estação de Tratamento; o Saneamento Básico, os Centros Educativos, verifica-se neste Orçamento que se trata, de facto, de uma prioridade do Município; a Reabilitação do Centro Histórico, o Turismo; os Parques de Estacionamento; e ainda, o reforço das verbas para a Ação Social e para a construção de Edifícios de IPSS's.

Verifica-se também um esforço de uma redução da Despesa, já que o Plano de Atividades tem uma redução do plafond de 1,2 milhões de euros, face a 2011.

Verifica-se ainda maior contenção nos custos com a animação cultural, Festas do Bodo e apoio a Associações, e uma redução das Transferências Correntes e de Capital, face a 2011.

Contudo, ainda assim, esta Bancada considera que o Município insiste em manter opções que não podemos deixar de censurar, considerando a situação de crise que se vive atualmente, designadamente no campo referente à receita de Impostos Diretos e de IRS, em que o Município opta, uma vez mais, pela taxa máxima de participação no IRS, conhecendo-se as condições em



MUNICÍPIO DE POMBAL

que as nossas famílias vivem atualmente, com a redução dos vencimentos, a instabilidade no emprego, e também o aumento da carga fiscal. Verifica-se, igualmente, ao nível da taxa do IMI, que se mantêm os erros do passado, fruto de uma Lei que não está correta e que precisa, necessariamente, de ser revista, mas também porque o Município tem optado por taxas elevadas, podendo, na nossa opinião, conforme já manifestámos aqui, reduzir essas mesmas taxas, desagravando, assim, o esforço de todos os munícipes.

O Município, mais uma vez, entendemos nós, da análise que fizemos destes documentos, demonstra ainda uma fraca aposta no desenvolvimento do Concelho, que consideramos ser uma das áreas estratégicas fundamentais que deve ser prosseguida por este Município. Na verdade é necessário fixar empresas no Concelho, porque só assim se consegue criar postos de trabalho e desenvolver o próprio Município, promovendo, assim, o reforço da competitividade do Concelho no contexto da região.

Ao nível da execução orçamental, verificamos também que ficou muito aquém daquilo que eram as expectativas e as previsões apresentadas. Verifica-se que a previsão da execução dos fundos comunitários era de 15,4 milhões de euros e que, na verdade, foram apenas executados, 4,9 milhões de euros.

O Relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, refere ainda uma execução muito baixa dos fundos comunitários e, portanto, o grande desafio para 2012 deverá ser, no nosso entendimento, uma maior capacidade de execução desses investimentos planeados. Estaremos atentos ao trabalho que a Câmara vai desenvolver e ao cumprimento destes compromissos, para o bem de todos os pombalenses.

Assim, esta Bancada, apesar de concordar com os investimentos previstos, considera que, ainda assim, a Câmara podia ter ido um pouco mais longe em matéria, designadamente, das receitas diminuído os encargos para os munícipes e, por isso, esta Bancada irá abster-se nesta votação.”

Nascimento Lopes, cuja intervenção se segue:

“Eu quero, desde já, dizer-vos que não vou votar contra, nem o Orçamento nem as Grandes Opções do Plano, obviamente, irei votar favoravelmente.

Apesar disso, quero colocar aqui algumas questões que têm a ver com a Freguesia de Pombal, concretamente, que é aquela que eu terei de defender, e dizer que há algumas em que eu não estou plenamente de acordo.

No entanto, quero frisar, na 1.ª página, na rubrica “Aquisição de viaturas, em 2012, para os transportes públicos urbanos”, que concordo, aceito a excelente ideia e espero que ela se concretize;

Na página 3 - “Obras de Reparação na Escola Conde Castelo Melhor”, um milhão de euros, sei perfeitamente que são necessárias obras, só lamento é que este valor seja transferido para 2013, seria bom que, no próximo ano, se fizesse algo naquela escola, uma vez que está a degradar-se;

Ainda na página 3 - “Habitação Social nas Freguesias”, é óbvio que há aqui um valor irrisório de 1.000 euros durante os três anos, parece-me muito pouco, espero que quando for necessário a verba seja aumentado de acordo com as necessidades;

Na página 4 - “Eliminação de Barreiras Arquitetónicas”, mantenho mesmo que disse antes, 1.000 euros para 2012, 5.000 euros para 2013, 2014 e 2015, parece-me também um valor demasiado baixo para aquilo que ainda falta executar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ainda na página 4 – “Arranjos urbanísticos”, 400.000 euros previstos, distribuídos por quatro anos. Confesso que não sei onde estes arranjos urbanísticos serão feitos e é óbvio que gostaria também de ter conhecimento deles.

Na mesma página “Construção de Passeios do Caminho 1054 – Mouriscas”, 500.000 euros, mas só para o ano de 2013, o que quer dizer que em 2012 não haverá nada naquela Estrada. Eu acho que há necessidade absoluta na colocação de passeios, eu entendo que mais um ano, é prejudicial para todos quantos residem ali, dado o perigo que qualquer dos residentes corre.

Ainda na página 4 – “Requalificação Urbana dos Governos – Vinagres”, estão aqui previstos 50.000 euros para 2012 e 1.200.000 euros para 2013. É óbvio que eu aqui não posso concordar com este valor para 2012, tendo em atenção o facto de quer Governos, quer Vinagres, estarem na situação em que estão, ruas degradadas, passeios sem serem passeios, alcatrão sem existir, portanto, uma série de situações terríveis que aqueles residentes têm e que, me parece, levam tempo a ser resolvidas. A minha opinião, e é óbvio que não vai ser assim, era alterar os 1.200.000 euros para 2012 e os 50.000 euros para 2013. Fica pelo menos a intenção.

Agora, deixem que vos diga, o meu colega, António Carrasqueira, não vai ficar zangado comigo, mas, o que eu vou dizer é, efetivamente, uma realidade.

Estão previstos, para 2012, para a Freguesia de Pombal, 270.000 euros em asfaltagens, mas, curioso, estão previstos para Abiul, 275.000 euros. Ora bem, a questão que eu coloco é: O que é que falta asfaltar em Abiul e o que é que a Freguesia de Pombal ainda tem para asfaltar? Não tem comparação.

É óbvio que eu aqui, neste ponto concreto, gostaria que houvesse um bocadinho de atenção, para que a Freguesia de Pombal não fosse tão prejudicada no que diz respeito às asfaltagens. Já falei neste assunto mais que uma vez e quero também dizer-vos que, no ano 2011, nós, Freguesia de Pombal, não tivemos asfaltagens. Portanto, 270.000 euros para o ano de 2012 será ainda inferior àquilo que seria necessário despende para que aqueles caminhos que nós prevíamos que fossem asfaltados o pudessem ser.

Na página 5 – “Requalificação da Estrada do Casal Fernão João”, estão previstos 350.000 euros, mas para 2013, o que quer dizer que em 2012 não haverá nenhuma intervenção naquela estrada que, há tantos anos, os residentes anseiam o seu alargamento de acordo com aquilo que já está projetado.

Gostaria que as Grandes Opções do Plano fossem executadas, no mínimo, a 80%, uma execução excelente, se for inferior, é mau para todos nós.

Para terminar, também gostaria que este ano, a nossa digníssima oposição, em vez de se abster, votasse favoravelmente, por uma razão simples, é que os vossos camaradas da Assembleia de Freguesia, há dez anos que votavam contra ou se abstinham, este ano, votaram favoravelmente, parabéns para eles.”

Sérgio Gomes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou tecer um breve comentário sobre o Orçamento que temos aqui para votar.

Sendo o Orçamento um documento previsional, apenas pode ser avaliado, em última análise, após ultrapassado o período da sua vigência, ao nível da sua execução.

No entanto, após uma leitura atenta ao documento que hoje estamos a analisar e a votar, facilmente verificamos que estamos na presença de um documento expansionista, numa altura de grandes contenções financeira a nível nacional, o que é de louvar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Será, sem dúvida, uma fonte impulsionadora da economia local, fomentando o tecido empresarial, criando novos postos de trabalho e melhorando as condições de vida dos cidadãos do nosso Concelho.

Estão previstos fortes investimentos em áreas muito importantes que contribuem, de forma significativa, para o desenvolvimento do Concelho e dos seus habitantes, principalmente, ao nível da Educação, do Saneamento, do Abastecimento de Água e da Cultura.

Obviamente que, para existir investimento, têm que haver receitas que o sustentem, de forma a que não sejam criados desequilíbrios ao nível da Tesouraria.

Dadas as dificuldades que o País atravessa, temos assistido, nos últimos anos, a uma redução efetiva das transferências financeiras do Estado para as Autarquias. A Câmara tem sabido contornar estas dificuldades através do recurso a fundos provenientes de apoios comunitários, embora estes apoios atinjam o máximo de 80% do valor das obras executadas.

É necessário ter receitas para suportar o diferencial. Ao nível das receitas próprias destacamos a importância do IMI, representando neste Orçamento um valor de 4,2 milhões de euros. Neste momento ocorre uma mini reforma do património, nomeadamente com a reavaliação de grande número de imóveis.

De referir que as taxas de IMI para prédios urbanos passarão, a partir de 2012, para taxas entre os 0,3% e os 0,5%, digamos, valores aprovados no Orçamento de Estado para 2012. As taxas que têm vindo a ser defendidas, através de propostas, pela Bancada do Partido Socialista, mostram-se completamente alheias à realidade do País.

Com a reforma do património e as avaliações, aumentando a base tributável, poderá haver espaço para uma pequena redução da taxa que, face às novas taxas, já está muito perto do limite inferior.

Outro tema que tem sido várias vezes falado pela Bancada da oposição, é a participação variável do IRS, também ela uma falsa questão. Quanto a esta verba, está prevista uma arrecadação de 1.000.000 de euros, durante o ano de 2012. A Câmara tem vindo a arrecadar 5% do valor da coleta líquida dos sujeitos passivos de IRS, com o domicílio fiscal no Concelho. Só ficam sujeitas a esta contribuição as famílias e os sujeitos passivos de IRS com maiores rendimentos, esta questão não faz sentido, sob o ponto de vista da equidade fiscal e da redistribuição dos rendimentos. Parece-me que a mesma apenas tem sido falada pelo desconhecimento sobre a matéria por parte de quem aborda o assunto.

Em suma, dada a ambição e a adequação deste Orçamento à realidade, deve o mesmo ser votado favoravelmente.”

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“Há um ano atrás, tive a oportunidade de, através da minha declaração de voto, a minha tristeza por não ter havido uma oportunidade de encontro das vontades das duas partes. Na altura, a votação do Partido Socialista foi, efetivamente, contra o Orçamento apresentado e era minha convicção, já na altura, que, tendo em conta alguns dos investimentos apresentados, podia ter havido um caminho de encontro das prioridades definidas no Orçamento, com as prioridades que o Partido Socialista tem defendido, ao longo destes últimos anos, tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal. Tal não foi possível, lamentavelmente.

Fico contente, enquanto pombalense, antes de mais, mas também enquanto responsável político neste Concelho, por ter percebido que há um caminho de aproximação de ambas as partes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Houve alguma abertura por parte da Câmara Municipal para receber algumas propostas do Partido Socialista e isso também é de registar e também é de louvar que, ao fim destes anos, o Partido Socialista comece a ser visto como um veículo de sugestões e contributos para os melhores resultados finais da aplicação da política.

Naturalmente, o caminho de aproximação ainda não está completo. Chegámos apenas a um ponto em que o Partido Socialista se abstém em relação a este documento, mostrando solidariedade com alguns dos investimentos que vão ser realizados, mas não podemos apoiar na plenitude, algumas das prioridades definidas, quando estas advêm de uma receita arrecadada que ainda não revela a solidariedade para com o esforço dos pombalenses que consideramos desejável.

É nossa convicção que a massa de Impostos recolhida pela Câmara Municipal junto dos munícipes, pode sofrer uma revisão, através de impostos mas também através de taxas e podia haver um apoio efetivo ao desenvolvimento da economia do nosso Concelho, ao investimento e até à disponibilização de capacidade financeira para algumas empresas que, neste momento, estão a passar algumas dificuldades, para obtenção de crédito junto da Banca e que bem precisam dele para fazer face aos compromissos de curto prazo, nomeadamente, para fazer face aos pagamentos dos vencimentos, problema que a Câmara Municipal não terá.

Algumas das prioridades que são aqui definidas são escolhas políticas, nós não vamos concordar com todas.

Aqui referiu-se a compra dos Pombus para Pombal, é uma prioridade que o Senhor Presidente entendeu definir em, prejuízo das outras Freguesias e que nós entendemos que podia ter alguma revisão.

Quando aqui é dito que as obras na Escola Conde Castelo Melhor só podem ser feitas em 2013, porque só nessa altura é que terão o financiamento das candidaturas ao POPH, isso é entendido como uma prioridade relativa, porque que fosse uma prioridade absoluta a Câmara definia e fazia a obra.

Quando é entendido e dito, pelo Senhor Presidente da Câmara, que vai diminuir a participação para a Unidade de Cuidados Continuados, como já foi dito aqui, é uma prioridade que o Senhor Presidente da Câmara entendeu que não devia assumir, assumiu outrora, agora não assume, essa questão está definida por parte do Senhor Presidente da Câmara.

Portanto, há um conjunto de investimentos e de prioridades definidas com que não podemos concordar na plenitude, tem a nossa solidariedade em muitos dos investimentos, terá, certamente, também, a nossa presença na fiscalização da concretização dessas obras, durante o ano de 2012, desejamos, efetivamente que a taxa de 80%, ou mais, seja realmente alcançada.”

António Carrasqueira, que pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Efetivamente o meu colega não tem assim tanta razão como pensa ter.

Por exemplo, em 2010/2011, Abiul em alcatrão não teve nada e tem agora projetados pouco mais de 8.000 metros. Pombal, em 2010, teve mais de 9.000 metros e tem projetados mais de 15.000 metros, se a matemática não me falha, dá mais de 24.000 metros, é três vezes mais que o de Abiul.

Se quiser, um dia, recebê-lo-ei em Abiul, acompanho-o aos lugares todos, e verifica quantas aldeias a mais que o Concelho de Pombal tem e quantos quilómetros Abiul tem para alcatroar e aí verifica que a “Montanha pariu um rato”.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com oito abstenções. Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2012/2015.

O Senhor Presidente da Assembleia, em virtude deste ponto ter sido discutido em conjunto com o anterior colocou o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria com oito abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2012.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou este assunto a discussão, tendo-se inscrito:

João André Coelho, cuja intervenção se segue:

“Da análise do mapa de pessoal que nos é apresentado, cumpre-nos tecer apenas uma consideração.

As necessidades estão identificadas, nunca foi princípio de atuação do Partido Socialista questionar as necessidades de ajustamento do pessoal da Câmara Municipal sempre que estas apareceram devidamente justificadas e acreditamos que estas são as necessidades, efetivamente, justificadas.

Queremos apenas deixar o desejo de que, em 2012, todos os procedimentos concursais para ocupação de cargos na Câmara Municipal, sejam feitos com a plena legalidade que tem sido, até agora, reiterada pelo Senhor Presidente da Câmara.

Digo isto, porque ainda não consegui retirar da minha mente a minha surpresa em relação a alguns dos resultados alcançados em alguns concursos, durante o ano de 2011, resultados verdadeiramente surpreendentes, quer nas notas quer nas coincidências temporais de alguns que, não constituindo nenhuma ilegalidade, não deixam de constituir alguma surpresa para mim, pessoa que não percebe nada do assunto e que, por isso, posso estar a dizer algum disparate, com a devida autorização de todos os presentes, inclusive, de quem costuma saber do que fala.

É este o nosso desejo, com uma proposta da nossa parte de que possamos estar perto destes procedimentos concursais durante o ano de 2012, para podermos ver esclarecidas as nossas dúvidas e dissipadas as nossas surpresas.

Com isto, a votação do Partido Socialista é a favor daquilo que é apresentado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este assunto a votação foi o mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2012 aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alienação parcial de participação social da sociedade Pombalprof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda..

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou este assunto a discussão, tendo-se inscrito:

João André Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“A posição do Partido Socialista já é pública. Naturalmente, ninguém espera que da parte da Bancada do PS, na Assembleia Municipal, a posição seja diferente, aliás, como serão espectáveis as posições que, entretanto, veremos aqui defendidas, por parte do Partido Social Democrata, quer através do Senhor Presidente da Câmara, quer da digníssima Bancada aqui representada.

No entanto, como esta foi uma questão que eu fui acompanhando, pessoalmente, ao longo destes últimos 4 anos, permitam-me reforçar as minhas palavras já da última Assembleia Municipal.

Há três anos, o Partido Socialista, começou a manifestar as suas preocupações com a realidade financeira da ETAP.

Esta preocupação, apesar de muito contestada, na altura, quer na Assembleia Municipal, quer através da comunicação social, contra-informação feita pela Câmara Municipal, pela gestão da ETAP, acabou por originar um investimento da parte da Câmara Municipal, o investimento que o Partido Socialista pedia, através do aumento de capital.

Constatámos, na última Assembleia Municipal, após dois anos de calma, que os passivos registados, em 2009 e 2010, atingiam 400.000 e 600.000 euros, aproximadamente, peço desculpa se estiver a incorrer em algum erro, mas, com estes valores, não estarei a fugir muito da realidade.

Propusemo-nos, em Setembro, para um debate para o futuro estratégico da ETAP, de forma a que a ETAP passasse a usar de uma saúde financeira que todos nós desejamos, continuando a desempenhar um papel relevante na formação dos jovens e também no desenvolvimento das empresas do nosso Concelho. Este debate foi recusado por parte do Senhor Presidente da Câmara, dizendo, na altura, que nada mudaria na ETAP.

Pois bem, estamos aqui, hoje, a discutir uma alteração profundíssima na ETAP.

Estamos a despedir-nos da ETAP enquanto propriedade da Câmara Municipal, na sua maioria.

O PS, e já é conhecida a sua posição oficial, opõe-se a esta operação, neste momento, por três motivos:

1.º - É uma clara antecipação aos prazos acordados pelo Memorando de Entendimento da Troika para a reestruturação do Sector Empresarial Local, reestruturação essa que será



MUNICÍPIO DE POMBAL

sempre precedida por um novo enquadramento legal, portanto, é uma alteração que pode revelar-se prematura;

2.º - Esta operação leva a que a ETAP deixe de estar escrutinada diretamente pelo Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças e Assembleia Municipal, e digo isto consciente de que é apenas de uma forma direta, acreditamos que ainda tenhamos informação da ETAP, ainda que remota, através da Câmara Municipal que continua com a sua participação;

3.º - Esta operação não muda em nada a realidade, muito difícil, da ETAP, aquilo que nós tínhamos discutido, na última Assembleia Municipal, é a nossa verdadeira preocupação, o futuro da ETAP, e mantemos essas preocupações em relação ao seu futuro, é que ainda não conhecemos o resultado do fecho de contas de 2011, e, provavelmente, já não o vamos conhecer, mas, de certeza que envolverão uma realidade ainda mais difícil.

Falámos do contexto de menor acolhimento por parte do Ministério da Educação para o Programa Novas Oportunidades, esta semana teve mais um desenvolvimento. Temos uma perspetiva de maior concorrência a nível concelhio e a nível regional, em relação à oferta da ETAP e ainda não falámos nos atrasos nos pagamentos que a ETAP poderá, neste momento, estar a verificar, em relação aos seus profissionais, ou em relação aos seus fornecedores. Essa dúvida também fica no ar.

Em conclusão, a posição do Partido Socialista é, obviamente, contra esta proposta, porque, em resumo, vem antecipada à legislação e ao debate a que nós nos propusemos. Retira a ETAP do óculo próximo de algumas instâncias fiscalizadoras importantes e não resolve nenhum problema.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se transcreve:

“A ETAP representa algo que me marcou muito na vida e, sempre que o assunto vem à baila, recordo-me dos bons tempos que lá passei e não me esqueço do muito que todos aqueles que iniciaram, na altura, a primeira Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Portugal, passaram, nas diversas vicissitudes que tem sempre uma empresa quando se inicia. Se não era pelas instalações era por condições de professores, se não era pelos professores era por condições de programas de ensino, se não era por uma coisa era por outra, mas, felizmente, a ETAP cresceu, a ETAP dinamizou-se, a ETAP é, realmente, um baluarte deste Município.

Bem ou mal gerida, a ETAP tem mantido o nome de Pombal numa bitola elevada, no que tem sido a educação, o ensino e a própria qualificação de todos quantos passam por aquela casa.

Mas, na realidade, a ETAP apresenta uma outra face de moeda, e essa face de moeda tem sido aquela que, infelizmente, me tem preocupado muito mais no dia-a-dia da ETAP, tem sido a própria gestão dela, têm sido a forma como as contas nos são apresentadas, tem sido a forma de gerir aquela casa em que os números não nos deixam, nem nos permitem, ter uma avaliação positiva.

Também me preocupa que, poucos anos passaram, estávamos aqui a discutir a situação de a Câmara ficar detentora de 99% do capital. Na altura, falava-se do porquê dessa situação, até porque havia mais dois parceiros, parceiros esses que abdicavam de uma quota-parte substancial da sua presença para se restringirem a meio por cento cada um.

Hoje apresentam-nos um outro fator. Uma situação diferente daquela que, na altura, era defendida pelo elenco camarário, uma situação em que vai alienar 50% daquele património, vai entregar a gestão a uma outra empresa e, curiosamente, a uma empresa que é descrita como a



MUNICÍPIO DE POMBAL

única Associação de Desenvolvimento Local do Concelho de Pombal, que tem como escopo, entre outros, a promoção de cursos de ensino médio e superior, bem como promover o emprego e a formação.

Aqui começam a suscitar-se as minhas dúvidas. Se, neste momento, a ADILPOM serve para esta situação, porque não serviu há três anos atrás? Se neste momento a ADILPOM pode tomar consciência e tomar a rédea deste problema, porque não o termos feito há três anos atrás? O que é que mudou, efetivamente, de há três anos a esta parte, para além do passivo da ETAP, lamentavelmente, para que a Câmara Municipal de Pombal, hoje, venha propor a alienação de 50 % deste capital social.

Depois, há uma frase que me deixa mais preocupado ainda e que foi proferida pelo Senhor Vereador Dr. Fernando Parreira que, a certa altura, e cito, terá afirmado: “se a ETAP transitar para a ADILPOM não vai sobrecarregar aquela empresa, até porque a Associação vai ter as suas próprias receitas.”

Ora, a Associação vai ter as suas próprias receitas, receitas essas que vêm da Câmara Municipal de Pombal e não só, mas como é que vai pagar os 50% do Capital Social? A ADILPOM, neste momento, tem capacidade financeira para o fazer?

Estas são algumas dúvidas que coloco ao Senhor Presidente da Câmara, mas que de todo quero aqui ser empecilho para que o Senhor possa explicar convenientemente aquilo que eu aqui procuro entender e ficar com a certeza de que a ETAP, efetivamente, como instituição de ensino, merece todo o nosso apoio, merece todo o nosso carinho e, se calhar, merece um pouco mais de consideração no sentido da forma como tem sido gerida para poder apresentar, não estes resultados menos positivos, mas alguns resultados mais positivos.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“O Partido Socialista desconfia, não gosto das pessoas que desconfiam e colocam situações que pretendem que sejam discutidas na praça pública. Não podem e não devem fazê-lo, têm que ter uma postura de Estado que não têm nem nunca tiveram.

Há aqui questões de fundo que dividem a gestão do Eng.º Narciso Mota e a postura do Partido Socialista porque, companheiros socialistas, gerir é prever.

Vocês, e é prática, tenho aqui o jornal com a conferência de imprensa, funcionam no imediato, não têm visão de futuro, não são capazes de gerir coisíssima nenhuma, o coletivo socialista não consegue gerir, funciona no dia-a-dia, e tenho aqui a prova da vossa conferência de imprensa que, em boa verdade, e sem abrir o debate que já tivemos aqui sobre a postura do Partido Socialista, o PS não tem autoridade moral, rigorosamente nenhuma, para dizer o que disse na conferência de imprensa, a ser o que está escrito, que a Câmara anda a construir pavilhões em terreno que não é da Câmara.

O que é que o saudoso Eng.º Guilherme andou a fazer? Em Albergaria a pré-primária ainda está em terreno particular, a APEPI está onde está e o Centro de Saúde está onde está.

A questão que se põe, e voltamos ao mesmo, é que a ADILPOM é uma Associação de Desenvolvimento e, Dr. Fernando Carolino, está aí uma pessoa à sua frente, que é o Senhor seu pai, que sabe muito bem que é constituída pelas Associações, que o Notário só reconheceu o Dr. Armindo Lopes Carolino enquanto Presidente da Câmara, apesar de termos as actas das Direções e das Assembleias. Assinámos em nome individual para ele fazer a escritura.



MUNICÍPIO DE POMBAL

As entidades que constituem a ADILPOM são: a Associação Industrial, a Associação Comercial e de Serviços, a ETAP, a Caixa de Crédito Agrícola e há um insigne jurista que também assinou, o Dr. Mário Diogo, nas mesmas condições que nós.

Não consigo perceber porque é que o coletivo do Partido Socialista desconfia de tudo e de todos. Vejam o que é que, efetivamente é a ADILPOM, estudem, e não lancem para a fogueira pública questões que são previsões de boa gestão.

Podia ter sido resolvida esta questão há muito tempo, não foi, e neste momento, estamos na hora certa, contrariamente ao que o Senhor Vereador Adelino Mendes diz na ata, a questão de fundo está na hora de ser resolvida e vai sê-lo.

Os Senhores querem transformar as coisas em autos de fé? Penso que não, aliás o Fernando Carolino é um defensor acérrimo da ETAP e não devemos colocar, nem a Pombalprof, nem a ADILPOM, nem a ETAP num auto de fé.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Não compreendi aquilo que o Senhor Deputado André Coelho nos disse em relação à ETAP. Nunca me solicitou qualquer esclarecimento que fosse recusado pelo Executivo. Aquilo que se falou na última reunião da Assembleia Municipal está aqui muito bem transcrito na página 16 da ata da reunião, não sei a que é que ele se refere quando diz quer não o deixámos debater a problemática da ETAP.

A ETAP tem um edifício novo, quando aqui cheguei não tinha instalações, estava num edifício alugado com uma renda elevadíssima.

O Senhor Deputado Eng.º Rodrigues Marques disse que, efetivamente, se construíram edifícios públicos sem que os terrenos fossem propriedade do Município.

A nossa ETAR está construída num terreno que se encontra em reserva ecológica, foi crucificado porque estava no início de construção, em 1995, e não era propriedade do Município, mas já é nosso, são 100.000 m² que nos custaram 170.000 contos, andamos há dez anos a tentar desafetar aquele terreno da Reserva Ecológica, porque é zona de cheia, mesmo redimensionando o rio para o dobro.

Não percebo como é que pessoas licenciadas, algumas em Direito, têm a tendência para votar contra quando, a nível nacional, aquilo que a Câmara Municipal de Pombal anda há três anos para concluir e está a fazer, já todas fizeram.

A Troika reduz empresas municipais a nível nacional, nós sabemos que a Pombalprof pode ser interpretada como uma Empresa Municipal, e ainda não tiveram inteligência nem capacidade para ver que isto é por imperativo do interesse da Escola em termos de funcionalidade e de gestão e votaram contra. É assim que a política funciona. É uma vergonha.

O passado é que era bom, o presente não presta e o futuro só será iluminado se for com as ideias da oposição.

Daqui a dois anos termino este mandato e, se eu tiver saúde, estarei na Assembleia enquanto os pombalenses quiserem, porque interessa-me o desenvolvimento de Pombal, não como presidente mas como deputado atento e observador, porque quando se defende uma causa defende-a no curto, médio e longo prazo, e que não ponha nada em causa.

Tudo o que esta Câmara faz é a pensar no futuro, nos que vêm a seguir, e não a pensar como muitos políticos fazem, terminam o mandato e quem vier a seguir que resolva. É isso que a política tem vindo a fazer, a nível nacional, e continua a fazer.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a votação, foi a alienação parcial de participação social da sociedade Pombalprof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda., aprovada por maioria, com sete votos contra e uma abstenção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alienação do Edifício Sede da AMLEI.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros e que a seguir se transcreve:

“Ponto 25.0 – Alienação de Edifício Sede da AMLEI – Proposta.

Foi presente à reunião a Proposta do Senhor Presidente que a seguir se transcreve:

“Alienação de Edifício Sede da AMLEI

- Considerando que o edifício sede da AMLEI, da autoria do Arquiteto Korrodi, edifício de beleza característica, com vista sobre a cidade de Leiria, foi adquirido em 2002 (por escritura pública de 06.11.2002), no 1º Cartório Notarial de Leiria, livro 30-L – Folhas 135 a 137) pela ora extinta AMAE, para ser Sede dos serviços que esta desenvolvia;

- Considerando que o novo paradigma de rentabilização de meios e recursos, tendo por objetivo uma mais eficaz atividade intermunicipal, a sua sucedânea AMLEI teve necessidade de mudar para instalações mais adequadas ao desenvolvimento da atividade, a qual estava a ser desenvolvida no dito palacete;

- Considerando que não se justifica manter a propriedade do edifício, que uma vez que vazio só se deteriora, não configurando este uma mais-valia, na medida em que não tem efetivamente uma função adstrita;

- Considerando que neste âmbito, a AMLEI deliberou propor aos Municípios associados e coproprietários do referido imóvel, a alienação em hasta pública, com leilão, o edifício sede, sito na Avenida Dr. José Jardim n.º 18, em Leiria, constituído por edifício e logradouro;

Proponho que, delibere a Câmara:

Primeiro: Solicitar à Assembleia Municipal de Pombal, autorização para abertura de procedimento para alienação do referido Edifício, através de hasta pública, pelo preço base de licitação de € 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros);

Segundo: Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, supra transcrita.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a efectivação da despesa de harmonia com o solicitado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento de Atribuição das Medalhas Municipais – Alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este assunto a discussão, tendo inscrito:

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Na generalidade deste ponto, o Regulamento de Atribuição das Medalhas Municipais e a sua alteração, com toda a certeza que não tenho nada a opor ao texto em si, à formulação que é feita, mas parece-me que há duas ou três situações que podem ser melhoradas e é dentro dessa base que irei aqui intervir.

No Artigo 1.º, onde se diz que “As Medalhas Municipais destinam-se a distinguir pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizem pelos seus méritos pessoais ou feitos cívicos e ainda funcionários do Município, pelo desempenho das suas funções.”, ou eu estou a interpretar mal, e se assim for agradeço a correção, ou há aqui uma falha relativamente à complementaridade do Artigo 6.º que diz que “A Medalha de Honra do Município de Pombal em ouro, destina-se a galardoar pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado ao concelho de Pombal, serviços ou concedido benefícios de excecional relevância ou se tenha distinguido, pelo seu valor em qualquer ramo da atividade humana.

Na primeira leitura que eu faço, esta de Medalha de Honra do Município de Pombal será para nacionais ou estrangeiros, singulares ou colectivos, mas que, fundamentalmente, tenham a ver com o Concelho de Pombal, enquanto na primeira parte do primeiro Artigo, a qualquer cidadão nacional independentemente de ser ou ter feito o que quer que seja pelo Concelho de Pombal, também é permitido atribuir estas medalhas municipais.

No Artigo 3.º, eu acrescentaria, para além de todos aqueles a que aqui compete propor a concessão de medalha municipal, a abertura à sociedade civil, a grupos de cidadãos, ou seja, para além dos Senhores Vereadores, da Assembleia Municipal, dos Presidentes de Junta, também a cidadania ser aqui contemplada, porque o que acontece muitas vezes, é que pode haver um distinto pombalense, ou alguém que nós não conhecemos mas que está intimamente ligado com Pombal, muitas das vezes não temos a possibilidade de conceder uma medalha do Concelho por tudo aquilo que se tenha vindo a fazer.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“O Dr. Fernando Carolino colocou uma questão de fundo que não tem nada a ver com as competências da Assembleia Municipal, nós apenas podemos aprovar ou reprovamos. Era bom que na reforma da Lei Autárquica a Assembleia pudesse fazer aquilo que fez que foi dar contributos, ou pelo menos colocar a discussão algum tipo de alteração, portanto, esta é uma questão de fundo sobre as competências da Assembleia Municipal.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Já homenageámos muitas instituições e muitas pessoas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quando atribuímos medalhas temos uma reunião prévia e nunca houve discordância na atribuição.

Este documento foi alterado, nada é estático, foi aprovado por unanimidade e a Assembleia também o deve entender como documento necessário cada vez mais abrangente e perfeito em termos de evolução, porque também tem a ver com a cidadania, tem a ver com pessoas, tem a ver com instituições, é preciso é sabê-lo interpretar..

Colocado este ponto a votação, foi o Regulamento aprovado por unanimidade e por minuta.

Chegados ao final da ordem de trabalhos, e não havendo público para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que fez os seguintes votos:

“Estamos a chegar ao final de 2011 e espero que, de acordo com as nossas expetativas, e de acordo com o nosso merecimento, tenhamos a noção da época que atravessamos, nunca foi tão difícil ser Presidente de Câmara como agora, tendo em conta as pessoas que atendo, a pedir emprego, e algumas que estão a ter dificuldades, até ao nível da própria alimentação, o que exige de todos nós uma melhor atenção, mais trabalho, mais parceria, mais partilha, mais humanismo e mais espírito de solidariedade.

Desejo a todos um bom Ano de 2012, que ele seja melhor que as expetativas que nos são apresentadas, que a Troika desapareça rapidamente do nosso País, e que os políticos saibam, governar com o sentido dói interesse nacional, e não com um sentimento cooperativista, sectário ou clientar, e que esta Câmara continue a ser uma referência e o orgulho de todos nós, independentemente das nossas convicções.

Votos de continuidade de boas festas, de muita saúde e de muita realização para todos.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: